

APRESENTAÇÃO

A Revista LexCult do Centro Cultural Justiça Federal, CCJF, inaugura o seu terceiro número, ao mesmo tempo em que se faz veículo dos debates realizados no Seminário **Mulher, Poder e Democracia, Justiça Feminina no CCJF**, ocorrido em março de 2018, publicando estudos e pesquisas apresentadas por pesquisadores e palestrantes no evento.

No artigo que abre as discussões - intitulado **Mulher e Direitos Humanos: por que precisamos tratar deste tema?** – os autores fazem uma breve apresentação dos Direitos Humanos e argumentam acerca da necessidade de se debater tais direitos, em face de problemas que ainda hoje são enfrentados pelas mulheres como a desigualdade de poder, o assédio sexual e o feminicídio. Discute, ainda, a necessidade de políticas públicas para efetivar os direitos da mulher.

A seguir, o estudo **O princípio da igualdade como fundamento dos direitos humanos da mulher** examina a evolução dos Direitos Humanos da Mulher, direito cunhado sob o prisma do princípio da igualdade, fonte primordial de legitimação democrática das instituições públicas. Os autores partem da análise do próprio princípio da igualdade, seguindo com o surgimento do conceito do Direito Humano da Mulher, com uma breve retrospectiva das Convenções Internacionais, as respectivas ratificações e vetos do Brasil, para então chegar ao âmbito do direito interno positivado e, finalmente, proceder ao cotejo das decisões dos tribunais superiores pátrios sobre a matéria.

Em **Mulheres no Brasil: perspectivas de educação para a igualdade**, a autora discute a problemática da desigualdade entre homens e mulheres e mostra que a dinâmica da dominação masculina persiste dentro e fora de casa, o que leva à conclusão de que a alteração dessas condições depende da educação, não necessariamente (ou não apenas) na sua dimensão formal, mas que é necessário aprender a educar meninos e meninas para a igualdade, na escola e em casa. O artigo pontua que mesmo

mais escolarizadas que os homens, o rendimento médio das mulheres continua inferior ao dos homens: mulheres ocupadas ganham, em média, 70,7% do que recebem os homens; e quando homens e mulheres têm 12 anos ou mais de estudo, o rendimento delas é apenas 58% do rendimento deles.

Mulheres nas Forças Armadas reflete sobre a construção da identidade militar na contemporaneidade, busca teorizar sobre o momento histórico atual, marcado por transformações, o que leva a uma crise nas fontes tradicionais de referência de identidade, o que permite postular uma transformação das identidades de grupos tradicionalmente vistos como hegemônicos, como o militar. Abordagem que leva a uma reflexão sobre a problemática da formação da subjetividade, e, conseqüentemente, sobre a ressignificação das questões de gênero em espaços anteriormente excluídos desta pauta, como as Forças Armadas. Desse modo, busca-se um olhar sobre o “modo de ser” dos militares, as suas tradições culturais, ou seja, sobre uma forma de resistência ao contexto de distopia social.

As discussões trazidas pelo estudo **A presença feminina na marinha do Brasil: um olhar através das características dos profissionais do Programa Atendimento Especial** estão inseridas no debate do processo de feminização das Forças Armadas (FFAA) brasileiras. O trabalho busca apresentar aspectos presentes nesse processo a partir da análise do perfil de profissional e de gestores responsáveis pela normatização, coordenação, execução e fiscalização de um programa social desenvolvido pela Marinha do Brasil: o Programa de Atendimento Especial, PAE. Trata-se de um estudo com uma abordagem metodológica de cunho qualitativo em que os resultados apontaram o predomínio de profissionais do sexo feminino (17 dos 22 profissionais) no desempenho das atividades do PAE.

Progressão funcional das mulheres diplomatas no Ministério das Relações Exteriores é um estudo que busca verificar e identificar eventuais obstáculos existentes à promoção de mulheres diplomatas. A partir de análise bibliográfica, dados públicos sobre trajetórias profissionais dos

diplomatas brasileiros e de sugestões de diplomatas entrevistadas foram propostas medidas para a superação de gargalos no processo de promoção de mulheres diplomatas.

Feminização do poder em espaços populares: trabalho e resistência social, por seu turno, discute a atuação das mulheres que são (re)conhecidas como referência em suas comunidades e/ou também nomeadas lideranças comunitários. O texto comunica que o protagonismo delas se deu a partir dos anos de 1990 e geopoliticamente se localizam em territórios segregados sócio espacialmente denominadas favelas ou comunidades no Rio de Janeiro. Essas mulheres representam um fenômeno que pode ser classificado como “feminização do poder”. A agenda dessas personagens transcendem o local acessando a cidade, o estado, o país, num movimento permanente em defesa da cidadania dos moradores de seus territórios e na afirmação de uma sociedade democrática e participativa. Por essas e outras razões é que podemos afirmar que a “feminização do poder” é, de fato, um movimento que emerge no cenário atual, compreendendo que há um protagonismo da mulher em condições de subalternidade.

O estudo **Mulheres, educação e cultura** apresenta um panorama sobre a necessidade de um diálogo mais abrangente nas discussões sobre o que é feminismo, como praticá-lo e para quem. O texto propõe não uma unificação de discursos, mas justamente o respeito por sua pluralidade, baseando-se na ideia de que experiências individuais contribuem para o debate coletivo, e exatamente por esse motivo o conhecimento e a fala de todas devem ser considerados relevantes.

Já o artigo **Mulheres entre – vistas: um conversare intergeracional** registra a história de vida de quatro mulheres nascidas em três décadas (1930, 1960 e 1990); portanto, com diferentes percepções sobre o que é ser mulher e sobre o feminismo. Essas mulheres entrevistadas são as autoras deste artigo. Partiu-se da metodologia de entrevista estruturada com a interseção da história de vida, no sentido de que o registro da história de possa vir a colaborar na interlocução geracional e para uma análise

comparativa histórica, por meio de memórias e percepções pessoais sobre o feminismo; sobre o poder hegemônico masculino; e, sobre o ser, viver e sentir-se mulher num mundo machista. Encontrar um denominador comum, entre as percepções das três gerações é o desafio da análise do artigo.

“Os pequenos botões” e o desesperado desabrochar de uma jovem poesia... apresenta a poesia de Carla Queiroz, que é uma jovem representante da poesia angolana pós-1990. Sua escrita poética não focaliza somente um erotismo restrito ao feminino. Procura o erotismo da palavra, a metalinguagem e também efetua reflexões a respeito da sociedade angolana. Neste sentido, oferece o mel de sua poesia como uma forma de resistência ao contexto de distopia social.

Vozes femininas do anarquismo na Argentina dos séculos XIX e XX faz uma breve análise dos periódicos libertários da Argentina, onde se verificou diversas vozes femininas, as quais, durante anos, permaneceram silenciadas, sendo, nas últimas décadas, recuperadas por meio de pesquisas consistentes. No brado das militantes, verificou-se a presença constante de um posicionamento invocativo em que as/os anarquistas, com maior ou menor intensidade, há anos, discutiam e até pretendiam a subversão dos papéis sociais e sexuais atribuídos aos homens e às mulheres, de modo a produzir novas subjetividades.

Para fechar a edição, o estudo **Igualdade de poder entre homens e mulheres: Reflexões a partir da Agenda 2030 da ONU** traz uma reflexão sobre Objetivo número 5, ODS nº 5, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, ONU, ressaltando sua importância para o desenvolvimento das mulheres e, portanto, para o seu “empoderamento”. Para a discussão dos tópicos constantes no ODS 5, apoiou-se em Amartya Sen, entre outros autores, a partir de sua reflexão sobre a liberdade. As conclusões apontam para a necessidade de políticas públicas e programas que devem ir além das áreas de saúde, educação e garantia de melhores condições de vida, uma vez



que é necessário promover políticas para a igualdade de poder e ocupação de espaços políticos.

Esta edição também brinda os seus leitores com textos poéticos declamados por poetisas, que participaram do Seminário **Mulher Poder e Democracia**: *O Sol é Quente Demais; Mais uma vez e A última vez que morri*, de Dora de Assis, e *A tarde é uma mulher; Mulheres, mulheres e Ofélia*, de Rosália Milztajn.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Os Editores